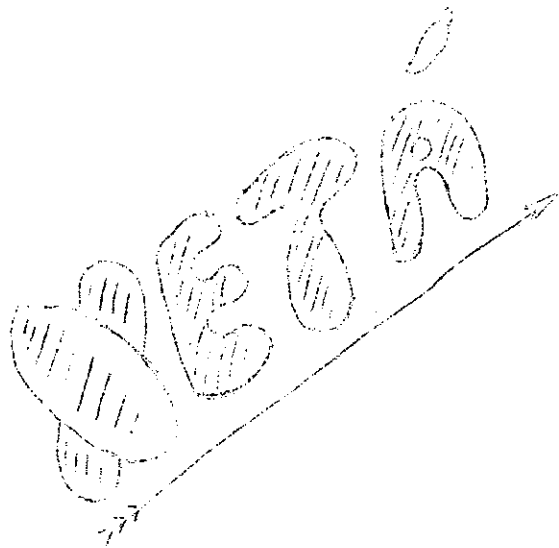


CEDI - P. I. B.
DATA 31, 12, 1986
COD. 00009

BOLETIM Nº 01
ANO 1 - ABRIL/79



ANAI - PR.

Ao Leitor,

Curitiba, abril de 79

Muitos são os injustiçados neste país - o Índio é um deles.

A ANAÍ - Associação Nacional de Apoio ao Índio do Paraná - existe com o objetivo de defender os interesses das sociedades indígenas, uma vez que, pela condição de marginalidade em que estão colocadas, é difícil o acesso que elas têm à opinião pública nacional, a fim de obter um respaldo para suas reivindicações junto às esferas de poder. A nossa causa, contudo, não é isolada. Ela se une com todas as lutas que se desenvolvem no país pela liberdade do homem.

Aqueles que entendem que os grupos indígenas têm o direito de sobreviver com dignidade, reúnem-se em torno da ANAÍ e buscam ser porta-vozes e intermediários na defesa das causas indígenas. Mas nossa luta, no fundo, é contra a opressão em todas as suas formas. Pois, somente o trabalho conjunto possibilitará o enfrentamento da injustiça, da arbitrariedade, das punições.

Uma das raízes, talvez a fundamental, dos problemas do Índio é a mesma que explora os milhares de bóias-frias, posseiros e pequenos agricultores. A distribuição das terras - hoje cada vez mais cobertas e invadidas - não resolveria a situação de exploração e de miséria dos lavradores e nem a do próprio Índio. Entendemos que a única forma de resolver o problema é a mudança radical na estrutura fundiária atual, eliminando-se a concentração de terra nas mãos de grandes proprietários nacionais ou de capital estrangeiro.

O Índio só é livre quando tem um território, onde pode sobreviver e desenvolver sua cultura, transmitindo seus valores para a comunidade e criando, assim, condições de continuidade de seu povo. Com esta premissa, a ANAÍ defende a recuperação das terras subtraídas dos índios, a revalorização dos costumes tribais, língua, rituais e o direito à autodeterminação das comunidades indígenas.

Existe uma esperança libertadora que está nos próprios povos indígenas, nos lavradores e nos vários segmentos da sociedade que estão se unindo e mudando os rumos de seus destinos. A luta, por exemplo, dos Kaingang e Guarani de Rio das Cobras, no ano passado, é um marco na história dos índios de nossa região. E aponta para outros índios - como também para outros grupos explorados - o caminho de sua libertação.

Lutamos para que sejam devolvidas e asseguradas as condições de todos participarem na condução da sociedade brasileira, seja através de trabalhos específicos de cada entidade, seja através da luta comum que une todos nós - a das liberdades humanas.

OS XETÁ, índios da idade da pedra polida

A notícia da descoberta de índios Xetá, na década de 50, coincide com as demarcações de glebas nas terras da Serra de Dourados. Nesta época duas crianças índias da tribo são presenteadas ao antigo Serviço de Proteção ao Índio- SPI, que organiza com o professor Loureiro Fernandes uma expedição até à região para um primeiro contato organizado. O SPI, contudo, revelou-se impotente diante da força das companhias colonizadoras. Os estudos sobre os índios foram abandonados por falta de verba universitária. Os Xetá acabaram dizimados quando muito pouco se sabia sobre eles.

As companhias colonizadoras foram mais poderosas do que todas as tentativas de proteger os índios, que sobreviviam aspectos culturais da idade da pedra polida, segundo estudos do professor Loureiro.

COBRINCO, COBRASA e outras empresas colonizadoras que se multiplicavam pelo Paraná queimavam as florestas para entregar as terras- um verdadeiro começo de deserto- aos ávidos compradores, atraídos pelo lucro fácil do café.

A devastação das florestas deu início ao processo de extinção dos Xetá. A fome passou a destruí-los. E no contato com os brancos, à procura de comida, adquiriram doenças para as quais não possuíam defesas. Ou, então, foram vítimas dos empregados das companhias, descritos pela revista Guaíra, 1.955, como "bestas civilizadas" que "aproveitaram-se das circunstâncias e deram vazão aos seus instintos bárbaros.

O extermínio dos Xetá, comparou recentemente o cineasta Valêncio Xavier, "não foi um massacre bonito, cheio de tiroteios e a cavalaria avançando ao som de cornetas como nos filmes de faroeste. Foi um massacre lento e continuado, silencioso como uma sessão de torturas, mas de todas as maneiras, um massacre".

Hoje, os Xetá são apenas cinco, oito, ninguém sabe ao certo, índios dispersos, sem condições de perpetuar a tribo. Seus ancestrais foram mortos pela cobiça com que os brancos viam suas terras, a mesma ambição que ainda agora coloca em perigo as demais aldeias indígenas existentes. O nome escolhido para este boletim, é um alerta e também uma homenagem póstuma a Wladimir Kosak, um tcheco que dedicou sua vida a documentar a cultura indígena, entre elas, principalmente, a dos Xetá.

O ÍNDIO NO CINEMA BRASILEIRO

Abordagem sobre o índio não é coisa nova no cinema brasileiro. No ano de 1916, Vittorio Capellaro, pioneiro do cinema paulista, já filmava "O Guarani", do romance de José de Alencar. Quatro anos depois, o diretor João de Deus, com produção de Alberto Botelho, fazia o mesmo no Rio de Janeiro. E o índio vai reaparecer sucessivamente nos filmes brasileiros. Mas até então o enfoque dado não tem aquele caráter crítico e reflexivo que vai ocorrer a partir do aparecimento do Cinema Novo, nos anos sessenta. Até então o índio era mostrado mais como figura decorativa.

O filme "O Descobrimento do Brasil", de 1936, direção de Humberto Mauro (recentemente houve uma mostra dos filmes deste cineasta em Curitiba), com música de Villa Lobos, até que já apresentava maior valorização do índio, uma vez que os mostrava com certa autenticidade. Ao contrário das fitas de John Ford e das interpretadas por John Wayne - desta época - em que o índio era visto sempre como um elemento perigoso, mau, traiçoeiro, e "empecilho" do progresso, Humberto Mauro concebeu o índio dentro da maneira mais simpática possível, figuras acessíveis, puras e afáveis. Mas como já foi dito, um filme ainda sem aquela postura crítica e reflexiva que iria caracterizar o nosso Cinema Novo. E mesmo porque não havia ainda uma maior conscientização sobre o problema do índio no Brasil.

Um tema para o qual praticamente pouca gente dava atenção. E os antropólogos não tinham também este necessário compromisso com a causa indígena como têm hoje. O Cinema Novo na verdade, permitiu o descobrimento, através das câmaras, da realidade brasileira. Pela primeira vez o drama dos retirantes e da seca nordestinos aparecem na tela, fazendo ver também as nossas contradições sociais. E logicamente o problema do índio não poderia ser ignorado por este cinema. Por exemplo um dos mais expressivos cineastas do Cinema Novo, Gustavo Dahl, rodou no início da década de 70, "Uirá", um Índio à Procura de Deus", baseado em escritos do antropólogo Darcy Ribeiro, também publicados em livro. O filme recebeu o "Margarida de Prata", da CNBB, além de outros prêmios, fazendo também razoável carreira de bilheteria.

Gustavo Dahl mostrava o índio como vítima da invasão e da exploração do homem branco; o índio que ansiava pelo encontro com suas raízes, suas tradições, enfim com seu mundo mítico, que lhe era tão vital, mas agora desintegrado devido aos inescrúpulos e à ganância criminosa do invasor branco.

O Cinema Novo, enquanto movimento, hoje não existe mais, porém é inegável a influência por ele deixada enquanto preocupação para com a realidade brasileira. E a abordagem sobre o índio persiste. Evidentemente existem diretores oportunistas que vêem no tema do índio nada mais que uma ocasião de ganhar dinheiro. Sobretudo porque o tema do índio hoje é tema muito atual e portanto "vendável". Mas há muitos diretores conscientes também, que fazem seus filmes tendo em vista prestar alguma contribuição à causa indígena. Regina Jehá por exemplo, cineasta paulista, rodou em 1975 um curto intitulado "Guarani", neste filme ela mostra a degeneração— devido ao invasor— de remanescentes deste grupo indígena, numa aldeia no litoral norte de São Paulo, ao mesmo tempo que mostrando a sua luta (desigual) pela sobrevivência. Este filme recebeu vários prêmios.

O mineiro Oswaldo Caldeira, realizador de "Ajuricaba", é outro cineasta consciente. Pena que este filme foi tão pouco divulgado.

Baseado em fato verídico ocorrido no século passado, no Amazonas, o filme reconstitui este personagem que organizou uma confederação com índios da região para resistir à invasão do homem branco. O filme "Noels Nutels", direção de Marco Altberg, é outro exemplo de como as câmeras podem ser utilizadas como contribuição à causa do índio no Brasil. O filme, em tom de biografia, se prende sobretudo a esta grande figura que foi Nutels, mas está aí refletida a sua visão, todo o amor, todo o respeito que ele tinha para com os índios— estes índios aos quais ele consagrou a maior parte de sua existência. Resta esperar agora o filme prometido por Zelito Vianna. "A terra dos Índios, rodado em 16mm e cuja ampliação para o 35mm está sendo feita atualmente nos Estados Unidos. E Zelito, a considerar os seus trabalhos anteriores, é digno de crédito. Este filme tem significado especial para o Paraná, já que parte dele foi rodado aqui, mostrando a situação dos índios do Rio das Cobras e de Mangueirinha.

VIOLÊNCIAS CONTRA OS ÍNDIOS

Em São Jerônimo da Serra

Segundo dados extraídos de um levantamento do INCRA/FUNAI/Governo do Estado do Paraná, em 1975, a área do Posto Indígena São Jerônimo da Serra é de 4.914 hectares, sendo a população indígena 285 pessoas. Hoje este número deve girar em torno de 250 a 300 pessoas. É certo que vários índios deixaram a reserva justamente pelo clima de violência reinante na área.

Conforme o mesmo levantamento o número de colonos morando na área indígena era de 221 famílias, num total de 1.292 pessoas, havendo também 38 famílias que plantavam na terra indígena mas moravam fora.

A maior parte das famílias de invasores, num total de 90%, ocupam menos de 25 hectares cada uma. Muitas delas no entanto, são sub-arrendatárias dos maiores invasores da área.

O quadro abaixo apresenta os seis maiores ocupantes, que sub-arrendam a área indígena, explorando os colonos sem terra:

1.	SALVADOR SANTAELLA	726,00 ha
	Médico, residente em Londrina.	
2.	SILLA RAMBARDI SELVATICI	394,70 ha
	Residente em Londrina.	
3.	JOÃO BATISTA BUENO (vulgo Jango Pires)	314,60 ha
	Ex-Presidente da Câmara de Vereadores de São Jerônimo da Serra, residente no patrimônio de São João do Pinhal.	
4.	CELSO HÉLIO PERUSSO	290,40 ha
	Irmão do Vice-Prefeito de São Jerônimo da Serra, residente nessa cidade.	
5.	FRANCISCO LEME GONÇALVES	196,40 ha
	Residente em Santa Bárbara.	
6.	JAIME PINHEIRO DE MELLO	170,40 ha
	Residente em São Jerônimo da Serra.	
	Total ocupado pelos 6 maiores grileiros ...	<u>2.092,50 ha</u>
	Total de hectares pertencentes à reserva ..	<u>4.914,00 ha</u>

Como se verifica acima, somente os 6 maiores invasores ocupam quase 50% do total da área intrusada pelas 259 famílias de invasores. Destes, cerca de 60% estão nas terras indígenas há mais de 5 anos, o que significa que de 5 anos para cá continua acontecendo intrusão por parte dos outros 40%.

É importante caracterizar que não só o índio vive num clima de violência e pressões, como também os pequenos arrendatários. Os depoimentos a seguir transcritos esclarecem bem o tipo de conflitos existentes na área.

O lavrador Leonardo Ferreira Dias, que cultivava 4,5 alqueires na região conta:

"O Dr. Salvador disse que era para vir, que as terras eram dele. Ele prometeu que íamos ter até consultas de graça, mas nunca veio aqui. Quem recebe o arrendamento é o capataz dele, o Narciso. Antes era o Zezão, que vivia armado e dando tiros".

Violências..02

" Os índios são proibidos de entrar na área dominada pelos posseiros, por pessoas armadas, sobretudo nas terras de Salvador Santaella, conforme denuncia o Kaingang Antonio Pedro Juvêncio.

Em princípios de 1978 as posses eram protegidas por um 'capataz' de Santaella, conhecido por Zezão, que andava armado com dois revólveres e até fuzis, fato confirmado pelos colonos. Mas, em meados do ano, os próprios colonos mataram o Zezão. Ele havia expulsado da posse os irmãos Jaime e Aécio Rodrigues por não terem pago a Santaella os 25% do arrendamento das terras. No entanto, Narciso Seste Filho, 'braço direito' de Santaella já prometeu aos colonos e aos índios que 'arrumará um outro capataz pior que o Zezão'".

As violências de grileiros contra índios também chegam a esses extremos. Os trechos abaixo evidenciam fatos ocorridos 4 anos atrás:

"Jango Pires é o posseiro João Batista Bueno, que tem 314,60 hectares de terra e mora no patrimônio de São João do Pinhal. Em 1950 ele comprou 40 alqueires e depois foi aumentando sua propriedade tomando terra dos índios... 'Jango Pires' diz que nunca teve problemas com os índios (apesar de também ser temido e indicado pelos indígenas como um dos posseiros perigosos) e fala que o 'Jorjão' (Jorge Sales Batarsi) é que já teve vários atritos. Disse que uma das vezes o filho desse posseiro entrou com um caminhão e destruiu a lavoura de uma família de Kaingang. Como represália, os índios destelharam algumas casas da fazenda e o saldo foi dois indígenas mortos...'

Há outro tipo de desrespeito que gera com frequência queixas por parte dos pais que têm filhas moças:

"Nossas filhas não podem sair nem de dia, quanto mais de noite..."

Para entender melhor a situação atual da área de São Jerônimo da Serra, é necessário voltar-se às suas origens, que diante dos aspectos confusos e contraditórios de sua história, possibilitaram a geração dos conflitos entre o Estado, os posseiros, os grileiros e os índios.

DADOS HISTÓRICOS

A história deste Posto Indígena começa, propriamente, com o estabelecimento do Aldeamento de São Jerônimo em 1859, do qual foi encarregado o capuchinho Frei Luiz de Cemitille, contratado pelo Serviço de Catequese e Civilização dos Índios.

O aldeamento de São Jerônimo foi fundado, pelo aviso de 27 de Junho de 1859, dentro dos limites indicados no termo de doação da Fazenda de São Jerônimo ao Governo Imperial pelo Barão de Antonina, em 21 do mesmo mês e ano.

De acordo com o que determinava o termo da doação, o Governo da Moarquia estabeleceu ali o aldeamento, que mais tarde - a partir de 1875 - ficou entregue à Província do Paraná. A partir daí o Governo da Província concedeu títulos definitivos ou provisórios aos colonos que quisessem se estabelecer naquela área, muito embora esse Governo estivesse autorizado apenas a conceder títulos de arrendamento e aforamento a famílias de colonos e a conceder lotes rurais como pagamento de serviços, nos terrenos intermediários das áreas indígenas, isto é, não da área propriamente dita. No entanto, inúmeros títulos provisórios e definitivos foram expedidos, embora ilegais.

Muitos, no entanto, procuraram justificar a ocupação das terras indígenas em São Jerônimo escorando-se na lei nº 1114, de setembro de 1860, que autoriza o "Governo a aforar ou vender terrenos pertencentes a antigas missões e aldeamentos de índios que estivessem abandonados". Acontece que o Aldeamento de São Jerônimo jamais esteve abandonado, sendo que o Governo do Paraná manteve diretores remunerados no mesmo até o ano de 1900. Entre 1900 e 1910 permaneceu um encarregado de aldeamento que o entregou ao SPI, quando da criação deste órgão em 1910.

Em 1920 o Governo do Paraná, desrespeitando a sua própria legislação, criou o município de São Jerônimo da Serra, com sede dentro das terras indígenas, invadindo território de domínio federal. Esse ato provocou a reação do extinto Serviço de Proteção aos Índios, que moveu ação judicial contra o Estado do Paraná. O Governo Estadual transferiu, então, a sede do município para Jataizinho, na margem direita do Rio Tibagi, pressionado pelos problemas gerados com a medida anterior.

Em 1939, ato do Interventor Manoel Ribas extingue o município de Jataizinho, recriando o de São Jerônimo da Serra. Às vésperas da instalação do mesmo, o então prefeito Odilon Borges de Carvalho envia correspondência ao Interventor do Estado notificando-o da ação de despejo de que era alvo o município e todos os ocupantes da terra indígena. As soluções propostas pelo prefeito são algumas das mesmas propostas que se repetiriam quase quarenta anos depois: - Transferência dos índios para outra área indígena ou reservar uma pequena porção de terra na sede da povoação indígena e o restante retornar ao Estado.

A segunda proposta seria aceita e posta em prática 11 anos depois. Por um "acordo" do Governo Estadual (Moisés Lupion) com o SPI, o Governo do Paraná recebia daquele Governo Federal 13 mil alqueires da área indígena, comprometendo-se a demarcar os restantes 2 mil alqueires e entregá-los totalmente livre de invasores.

Na verdade o Estado acabou demarcando uma pequena porção de terra para os índios na proximidade do Posto do SPI (550 alqueires), parte esta sem invasores, e a maior parte (1.450 alqueires) foi demarcada justamente em terras por demais invadidas, no lugar chamado Pedrinhas. Assim, se entende o despejo do segundo maior ocupante das terras indígenas de São Jerônimo, João Batista Bueno: "em 1954 (término da demarcação) a reserva dos índios é que intrusou a nossa posse".

Sem dúvida, uma grande ironia...

Em Tomazina

Os guarani do Posto Indígena Pinhalzinho, em Tomazina, estão ligados aos do Posto Araribá, em São Paulo, ao de Iaranjinha, no Paraná, e -há- referências- ao extinto aldeamento de Itaporanga, SP. Desse modo, sua origem mais remota estaria no Mato Grosso do Sul.

Em 1955 -conforme carta do funcionário do SPI, Dival José de Souza a João Serrano - acordo do SPI arrendava por dez anos terras deste posto indígena para os Fomentos Agrícolas Federais, que acabaram ocupando a área por 12 anos. A parte da área ocupada pela Seção de Fomento Agrícola Federal correspondia a mais de 50% da mesma, e foi entregue aquela seção em 29/2/56. No fim da década de 50, estes Fomentos Agrícolas estavam roubando a madeira da área, o que foi denunciado pelo então carregado do Posto, João Pereira Gomes, ao SPI, que ordenou ao funcionário para não intrometer-se na questão. Da ocupação da terra dos Guarani do Pinhalzinho pelos Fomentos restaram antigos funcionários que depois de 10 ou mais ~~anos~~ anos, não abandonaram a área.

O último chefe do Posto de Pinhalzinho foi Jurandir Brito, que ficou no cargo durante três anos, tendo deixado no começo de setembro de 78. O posto, no entanto, oficialmente não está sendo desativado.

O levantamento Funai/Incra/Governo do Paraná, de 75, acusava a existência de 17 famílias de invasores (111 pessoas) nos 689 hectares dos Guarani de Pinhalzinho. O mesmo levantamento dizia haver apenas sete índios na área. Após o levantamento, funcionários da Funai conseguiram fazer com que saíssem das terras do posto alguns dos ocupantes, inclusive o marido de uma guarani. Seria de imaginar que esse trabalho tivesse por interesse resguardar o patrimônio indígena, garantindo aos índios o que a Constituição lhes confere por direito: a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas existentes em suas terras. No entanto, a verdade é outra, pois os funcionários da Funai passaram a transferir também os índios, levando alguns para Santa Amélia, PR, posto Araribá, SP, e Laranjinha.

Atualmente, apenas três índios permanecem em Pinhalzinho. Se a Funai conseguir transferir todos eles, os guarani perderão suas terras. Segundo o artigo 21 do Estatuto do Índio, a União toma a posse das áreas indígenas definitivamente abandonadas pelas comunidades indígena ou grupo tribal. A Funai, em Pinhalzinho, está desrespeitando a autodeterminação do povo guarani e ao seu direito, como povo, à terra. A Funai está transferindo um grupo indígena de modo camuflado, para não necessitar o expediente de um decreto presidencial, conforme manda o Estatuto do Índio, no seu artigo 20. E a Funai, segundo lavradores da área, está queimando os ranchos dos índios, numa tentativa de impedi-los de voltar à Pinhalzinho.

:x:x:x:x:x:x

Estão aí apresentados dois dos problemas mais graves do Estado, envolvendo índios e posseiros. Problemas precisando de urgentes providências para garantir ao índio um mínimo de segurança e condições dignas de vida; e que ao mesmo tempo leve em conta as necessidades das famílias de lavradores, de modo a não ~~exacerbar~~ exacerbar ainda mais os problemas sociais do Estado.

Sendo que não há por parte das autoridades competentes uma ação concreta visando tratar essas questões tão graves, está em estudo pela ANAÍ e outras entidades a formação de uma comissão mista especialmente destinada a estudar, analisar e definir quais as melhores formas de atuação que levem o problema a um encaminhamento eficaz.

.x.x.x.x.x.x.x.x

ANAÍ -PR

abril, 79.

ÁREAS INDÍGENAS DO PARANÁ

Vivem hoje no Paraná, cerca de 4.155 Índios das tribos Kaingang e Guarani. Estão divididos em 11 Postos Indígenas e um Aldeamento atendido como sub-posto, dirigidos pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Postos Indígenas sob jurisdição da 12ª Delegacia da Funai, com sede em Bauru - SP.

Posto Indígena LARANJINHA

Município de Santa Amélia -
População: 84 Guarani e 2 Kaingang
Extensão: 170 ha.

Os índios trabalham para lavradores da região e vendem artesanato. Sua terra encontra-se redemarcada e devastada.

Posto Indígena PINHALZINHO

Município de Tomazina -
População: 3 pessoas do Grupo Tribal Guarani
Extensão: 689 ha.

Quanto as três pessoas existentes na área, trata-se de uma índia velha que com sua filha e família, resistem ao processo de transferência forçada em que se viram envolvidos os índios Guarani habitantes deste posto. Alguns índios foram remetidos para o P.I. Araribá - SP., outros para o P.I. Laranjinha - PR., e suas casas queimadas logo após terem sido transferidos. Mestiços e índia viúva de branco encontram-se na periferia de Guapirama (distante cerca de 7km. da antiga sede do posto).

Posto Indígena BARÃO DE ANTONINA

Município de São Jerônimo da Serra
População: 300 pessoas do Grupo Tribal Kaingang.
Extensão: 4.840 ha. Subdivididos em:
a) próximo à sede do Município: 1.331 ha.
b) sede do Posto Indígena: 3.509 ha.

Além da ineficácia verificada no que se refere a atuação do órgão oficial de proteção, o parco atendimento médico, a educação que mais não faz a não ser impor a cultura da sociedade nacional e que não reconhece como valor toda a tradição e cultura destes povos; o problema da terra neste posto se apresenta como crucial. Desde a doação dos 15.000 alqueires (36.300 ha.) pelo Barão de Antonina em Junho de 1.859, a diferença de situação é extrema, inicialmente, em 1.950, através de um acordo do Governo do Estado do Paraná e o SPI, 31.460 ha. desta área passava ao Estado "legitimando" assim o município de São Jerônimo.. Hoje, dos 4.840 ha. restantes, mais de 3/4 estão intrusados, onde apenas os 9 maiores invasores detém 2.463 ha. que sub-arrendam a pequenos agricultores, desalojados de suas terras de origem. Cerca de 259 famílias ocupam a área, dos quais 38 a cultivam, sem residirem nela. Os índios diante desta situação, com sua terra quase que totalmente tomada, a omissão por parte dos órgãos oficiais, se vêm obrigados a trabalhar como mão de obra barata no plantio e colheita de soja e algodão para os agricultores da região e/ou próprios intrusos.

Posto Indígena APUCARANA

Município de Londrina - Distrito de Tamarana.
População: 360 pessoas da Tribo Kaingang.
Extensão: 6.300 ha.

Como meio de subsistência, vendem artesanato e trabalham como bóia fria para fazendeiros da região. Em fins de 1.978 teve início um Projeto de Lavouras Coletivas, onde os índios trabalham em regime de 5 dias por semana, recebendo no final da mesma, Cr\$ 200,00 em mantimentos e Cr\$ 50,00 em dinheiro. A situação da terra: encontra-se redemarcada e devastada.

Posto Indígena QUEIMADAS

Município de Ortigueira.

População: 87 pessoas da Tribo Kaingang.

Extensão: 3.871 ha.

Há mais de um ano os índios deste posto, estão sem receber medicamentos. Vendem artesanato e a verba destinada para as lavouras coletivas, está sendo aplicada em lavouras individuais.

Posto Indígena FAXINAL

Município de Cândido de Abreu.

População: 192 pessoas da Tribo Kaingang.

Extensão: 2.098 ha.

Numa terra redemarcada e devastada, mais recentemente está sendo desenvolvido um projeto de roças coletivas, onde os índios trabalham 5 dias por semana e no final da mesma, recebem Cr\$ 200,00 em mantimentos e Cr\$ 50,00 em dinheiro. Na maioria, os índios vendem artesanato e cultivam roças individuais.

Posto Indígena IVAÍ

Município de Manoel Ribas.

População: 500 pessoas da Nação Kaingang.

Extensão: 7.200 ha.

Não existe atendimento médico, e os remédios, também não os recebem há mais de um ano. Os índios vendem artesanato e trabalham como bóia-fria nas fazendas da região como meio de sobrevivência.

Postos Indígenas sob jurisdição da 4ª Delegacia Regional da Funai com sede em Curitiba - PR.

Posto Indígena GUARAPUAVA

Município de Guarapuava.

População: 350 pessoas da Nação Kaingang.

Extensão: 17.020 ha.

A terra é redemarcada, e mais recentemente, cerca de 4.000 ha. foram queimados, quando sob a alegação de que a área se destinava à lavoura, a Serraria da Funai encarregou-se dos pinheiros ali existentes. Os índios para sua subsistência, vendem artesanato e trabalham como empregados do Chefe do Posto.

Posto Indígena RIO DAS COBRAS

Município de Laranjeiras do Sul.

População: 1.250 pessoas dos Grupos Kaingang e Guarani.

Extensão: 16.800 ha.

Área sob Interdição Militar desde a retirada pelos índios em Janeiro de 1978, dos posseiros que ali se alojavam.

Posto Indígena MANGUEIRINHA

Município de Mangueirinha.

População: 974 pessoas das Tribos Guarani e Kaingang.

Extensão: 8.804 ha.

A área inicial do P.I. Mangueirinha media cerca de 16.375 ha., em virtude de um acordo entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado (Moisés Lupion), firmado em 12 de maio de 1.949, esta área foi reduzida para 7.400 ha., dividida entre as duas tribos (Kaingang e Guarani), que ficaram separadas por uma área de 40 km. Devido uma doação de proprietários vizinhos, tem atualmente 8.804 ha. A gleba subtraída dos índios, com 8.976 ha., foi titulada pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, na época, ao Grupo-econômico Forte Khury, de União da Vitória - Pr. Hoje encontra-se em poder do Grupo Slaviero, contra o qual a Funai move um processo visando reaver esta área. Processo este que se encontra parado desde Setembro de 1.978, quando o procurador Fernando de Andrade Oliveira em seu parecer afirma que: "somente

o Presidente da República poderá anular aqueles atos".

Não param aí os problemas enfrentados por esta comunidade indígena e além do problema da área em litígio, líderes indígenas, recentemente denunciaram, em Brasília, a situação ilegal da Serraria da Funai, que manufatura cerca de 1.250 dúzias de troncos de madeira por mês, sem que a reserva receba qualquer recurso desta verba. Aos índios é terminantemente proibido a utilização da madeira existente em sua terra. Recentemente, Cretã, cacique Kaingang de Mangueirinha, foi denunciado pelo DGPI à Polícia Federal por aproveitar troncos de pinheiro "que estavam caídos e apodrecendo no chão, enquanto nosso povo dormia na chuva", Cretã diz mais: "Nós aqui possuímos dois intrusos: a firma Slaviero e a Funai".

Posto Indígena PALMAS

Município de Palmas.

População: 305 pessoas da Tribo Kaingang.

Extensão: 2.944 ha.

Sendo a terra uma área já redemarcada e devastada, resta aos índios a opção pela venda de artesanato e poucas roças individuais, a fim de prover sua subsistência. A Serraria existente na área está paralisada, uma vez que os pinheirais que haviam antigamente, foram dizimados pela Funai.

Aldeamento de MOCOCA

Município de Ortigueira - Distrito de Natingui.

População: 103 pessoas da Nação Kaingang.

Extensão: 899 ha.

Este aldeamento está sendo atendido como sub-posto pelo Chefe do P.I. Queimadas. Dados obtidos com os próprios índios, revelam um interesse por parte da 12ª Delegacia da Funai, em abrir um posto aqui, utilizando-se para tanto, da desativação do P.I. Pinhalzinho em Tomazina e sob jurisdição desta mesma Delegacia.

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

Fontes de consulta:

Publicações do CIMI

Jornal O ESTADO DE S. PAULO

Revista PANORAMA, julho, 78

Revista Guairá, novembro, 1955

Documentos da ANAÍ -PR

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-